



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



**Processo nº:** 3.361/12 (5 volumes e 15 anexos)

**Apensos nºs:** 040.001.765/11 (8 volumes), 040.001.267/11 (2 volumes) e 126.000.018/11 (3 volumes)

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

**Assunto:** Tomada de Contas Anual - TCA

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas - SECONT

**MP:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Sessão:** Pauta nº 28, S.O. nº 5035, de 3.5.2018

**Publicação:** DODF nº 82, de 30.4.2018, pág. 23

**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, referente ao exercício de 2010.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL, foi determinada a audiência dos responsáveis (Decisão nº 6.131/15-CPM). Apresentação de razões de justificativa.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução propõe a regularidade plena de algumas contas e a regularidade, com ressalva, das demais.

O Ministério Público opina por nova audiência e, subsidiariamente, pela irregularidade das contas dos gestores que indica.

Na Sessão de 1º.3.2018, VOTEI pela audiência complementar dos titulares da Diretoria de Gestão de Pessoas–DIGEP, no exercício de 2010.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 736/18-CPM).

O nobre Revisor VOTA pelo imediato julgamento das contas.

Reabertura da discussão (RI, art. 64, §§ 1º e 6º). Distribuição antecipada do Voto-Vista e do Voto deste Relator na forma do art. 54, inciso II do RI.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



Prosseguimento do julgamento iniciado na S.O. nº 5019.

VOTO em harmonia com o Corpo Técnico e nobre Revisor.

**RELATÓRIO**

Na S.O. de 1º.3.2018 submeti à apreciação deste egrégio Plenário o Voto de fls. 869-v/871, o qual faço transcrever:

*“19. Após detida análise, verifica-se que assiste razão ao douto **Parquet** em solicitar a oitiva dos titulares da Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP da Secretaria de Estado de Fazenda, no exercício de 2010, em decorrência dos subitens 4.2 e 4.13 do Relatório de Auditoria nº 1/2011.*

*20. No tocante ao subitem 4.2, constata-se que a jurisdicionada, com base na interpretação dada pela Portaria nº 14/2009-SEF, autorizou pagamentos no montante de **R\$ 6.677.491,20** (exercício de 2010) a título de indenização de transporte a **todos os servidores da pasta**, sem qualquer controle de quem efetivamente executava atividade externa<sup>1</sup> e sem exigir comprovação da realização de serviço fora da sede da jurisdicionada (fl. 1806 do processo apenso).*

*21. Chama atenção que dirigentes do órgão, que eram atendidos com o serviço de carros oficiais, também recebiam a indenização como se estivessem sendo reembolsados pelo gasto com deslocamento em serviço ou uso de carro próprio (fl. 1805 do processo apenso).*

*22. Com relação ao subitem 4.13, observa-se do relatório do Controle Interno que 26 (vinte) servidores estavam cedidos a outros poderes da União, Estados e Distrito Federal, com percepção da Gratificação de Apoio Fazendário em desacordo com a Lei nº 2.862/01.*

*23. Como bem ponderou o nobre Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, uma vez que a Diretoria de Gestão de Pessoas assumiu a competência referente à gestão de recursos humanos, os responsáveis pela unidade deverão ser instados para esclarecer a impropriedade apontada.*

*Em face do exposto, em harmonia com o Ministério Público, VOTO no sentido de que o Tribunal:*

<sup>1</sup> Há evidências de dispensa, por meio de despacho da Unidade de Administração Geral, de apresentação de relatório da prática de atividade externa (Circular nº 11/2009–UAG/SEF e Circular nº 20/2011–DIGEP/SEF, Anexo 3 juntado ao Anexo IX dos autos).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



*I. tome conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Dagoberto Queiroz Mariano (fls. 517/563 e Anexos IX e X), Astronoel Costa Ribeiro (fls. 564/585 e Anexos XI e XII), André Clemente Lara de Oliveira (fls. 603/632) e Analice Maria Marçal de Lima (fls. 636/655 e Anexos XIII a XV);*

*II. considere, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, o Sr. Dagoberto Pina dos Santos revel, por não ter atendido ao chamado da Corte (Decisão nº 6.131/15), aproveitando-lhe, no que couber, as justificativas apresentadas nestes autos;*

*III. autorize, nos termos do artigo 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/94, a audiência dos titulares da Diretoria de Gestão de Pessoas–DIGEP no exercício de 2010 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face das impropriedades apontadas nos subitens **4.2** do Relatório de Auditoria nº 01/2011 (irregularidades no pagamento de indenização de transportes aos membros da carreira de auditoria tributária da SEF/DF para desempenho de suas funções) e **4.13** (servidores da Carreira de Auditoria Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda Cedidos a Outros Órgãos e percebendo a Gratificação de Apoio Fazendário), ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares;*

*IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências necessárias.”*

2. Naquela assentada, o Tribunal, acolhendo solicitação formulada pelo Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 736/18-CPM, fl. 872).

3. O nobre Revisor apresentou o Voto-Vista de fls. 873/883 com o seguinte teor:

*“Ao compulsar os autos com a atenção que a matéria requer, entendo, com as devidas vênias, que o encaminhamento proposto pelo n. Relator, acolhendo as sugestões aventadas pela Parquet especial, não merece ser acolhida pelo Plenário.*

*A fim de fundamentar meu posicionamento, lanço as seguintes considerações.*

*O Órgão Ministerial e o Relator do feito, entendem que, nesta assentada, devem ser chamados à audiência os então titulares da Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP/SEF/DF, em face das impropriedades: 4.2 (irregularidades no pagamento de pagamento de indenização de transportes aos membros da carreira de*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



*auditoria tributária da SEF/DF para desempenho de suas funções) e 4.13 (servidores da Carreira de Auditoria Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda Cedidos a Outros Órgãos e percebendo a Gratificação de Apoio Fazendário), do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 - DIRF/CONAE/CONT.*

*No que se refere as irregularidades no pagamento de indenização de transportes aos membros da carreira de auditoria tributária da SEF/DF para desempenho de suas funções, verifico que esta corte de contas teve a oportunidade de analisar esse tema, em face de auditoria realizada pela Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, Processo n.º 30.392/2015, de relatoria do Conselheiro Manoel de Andrade.*

*Naquela oportunidade, este Tribunal por unanimidade prolatou a Decisão n.º 1.830/2016, no sentido de: “determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que, se ainda não o fez, observe as sugestões de melhoria das rotinas de controle, recomendadas no Relatório de Auditoria n.º 6/2015- DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF, bem como ultime as medidas complementares relatadas, especialmente aquelas que se referem a ressarcimento ao erário e as que tratam dos itens 11.1.1, 13.1.1, 14.1.1 e 16.1.1 do referido relatório, sem olvidar de assegurar o contraditório e a ampla defesa aos interessados”.*

*O item 14.1.1 trata de pagamento de indenização de transporte em desconformidade com as normas de vigências.*

*A meu sentir, padece de razoabilidade chamar em audiência os gestores da DIGEP/SEF, de contas de 2010, de assunto que ainda constava pendente de análise por esta Casa de Contas. Assim, me parece acertada a sugestão da unidade instrutiva em ressaltar tal inconsistência.*

*Entendo que nas contas anuais da jurisdicionada, posteriores ao ano da Decisão supracitada, 2016, o TCDF poderá verificar o atendimento à deliberação plenária encaminhada à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.*

*Por seu turno, o subitem 4.13 do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 - DIRF/CONAE/CONT abordou a situação de servidores da carreira de apoio fazendário cedidos a outros órgãos e percebendo a gratificação de apoio fazendário. Em relação ao referido achado de auditoria, adoto idêntica linha de raciocínio àquela desenvolvida quando da análise do subitem 4.2, posto que houve análise da impropriedade no Processo n.º 30.392/2015, oportunidade em que o Tribunal considerou a manifestação da jurisdicionada procedente em relação à situação vivenciada em 2014, objeto de recomendação no Relatório de Auditoria n.º 6/2015- DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF.*

*Por oportuno, destaco que o art. 5º, § 2º, da Lei n.º 2.862/2001, autoriza a percepção da gratificação de apoio administrativo se o*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



*cedido nomeado para cargo em comissão tenha retribuição de valor igual ou superior a DFG 12 ou DFA 12.*

*Assim sendo, conforme se extrai do Relatório de Auditoria do Controle Interno alusivo ao exercício financeiro de 2010, 26 servidores da carreira de apoio fazendário, estavam cedidos a outros órgãos, mas somente 8 servidores não tinham cargos em comissão. O que representa baixa materialidade no universo de 4541 servidores, integrantes da carreira.*

*Diante do exposto, a meu sentir, a TCA em análise está devidamente instruída e com respaldos técnicos e jurídicos, o suficiente, para ser julgada por este Plenário, sem necessidade de novas audiências.*

*Assim sendo, com as devidas vênias aos que pensam em contrário, VOTO em harmonia com a unidade instrutiva, acatando as sugestões propostas ao eg. Plenário de fls. 750/753, com a consequente lavratura dos competentes acórdãos em relação aos responsáveis pelas contas anuais em exame:*

*I. tome conhecimento:*

*a) das razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Dagoberto Queiroz Mariano (fls. 517/563 e Anexos IX e X); Astronoel Costa Ribeiro (fls. 564/585 e Anexos XI e XII); André Clemente Lara de Oliveira (fls. 603/632); e Sra. Analice Maria Marçal de Lima (fls. 636/655 e Anexos XIII a XV);*

*b) da Informação n.º 103/2017 – 1ªDICONTE (fls. 703/753);*

*c) dos Pareceres n. os 967/2017-DA (fls. 760/762) e 1082/2017- DA (fls. 766/808);*

*II. no mérito, considere as razões de justificativa, referentes ao item I, “a”, retro, suficientes para afastar as questões debatidas nos subitens 4.2, 4.13, 5.1, 5.7, 5.10, 5.13, 5.18 e 6.2, todos do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT (fls. 1.791/1.867 do Processo n.º 040.001.765/2011);*

*III. considere nos termos do art. 13, § 3.º, da Lei Complementar n.º 01/1994, revel o senhor Dagoberto Pina dos Santos, aproveitando-lhe, contudo, as justificativas apresentadas pelos demais responsáveis;*

*IV. julgue as contas anuais alusivas ao exercício de 2010 da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF/DF em:*

*a) regulares, com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 01/1994, para os seguintes responsáveis: Analice Marques da Silva (Chefe da*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



*Unidade de Adm. Geral – Substituta); José Itamar Feitosa (Diretor Geral de Administração Financeira e Subsecretário do Tesouro – Substituto); José Emílio Assunção da Silva (Gerente Financeiro e Subsecretário do Tesouro – Substituto); Helena Mascarenhas Lustosa (Gerente Financeira – Substituta); Rogério Oliveira da Silva (Chefe da Unidade de Administração Tecnológica – Substituto); Francisco das Chagas Silva (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro e Diretor Geral de Gestão Financeira – Substituto); Laurinéa Araújo Silveira (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta); Edson Lourenço de Jesus (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral – Substituto); Túlio Flavo Siqueira (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos – Substituto); Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro e Diretor Geral de Administração Financeira); Adão Nunes da Silva, (Subsecretário do Tesouro, Subsecretário do Tesouro – Substituto e Diretor Geral de Administração Financeira); Getúlio João da Silva (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral); Volmir Zaro (Chefe do Núcleo de Material); e Márcia Pacheco Laboissiere (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos);*

*b) regulares com ressalvas, com fulcro no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994 para as contas dos gestores abaixo indicados quanto aos fatos debatidos nos subitens II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX – Contratos a liberar), II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente), II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar) e 4 (Receita), todos do Relatório Contábil Anual – Exercício 2010 (fls. 1708/1727 do Processo n.º 040.001.765/2011), bem como nos subitens 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a longa data), 2.8 (Saldos bancários e contábeis divergentes), 4.4 (Irregularidade na dispensa de um plantão a cada mês em que os servidores que trabalham em sistema de escala forem escalados por mais de 07 (sete) vezes), 4.6 (Ausência de documentos comprovando a qualificação e conhecimentos especializados em assuntos tributários nas pastas funcionais dos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Recurso), 4.7 (Ausência de documentos nas pastas funcionais e comprovantes para concessão de auxílios, indenizações, gratificações e adicionais), 4.8 (Ausência de comprovante de votação), 4.9 (Ausência de declaração de não acumulação de cargo público), 4.10*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6

Fls.:

Proc.: 3.361/12

Rubrica

(Ausência de declaração de bens), 4.11 (Ausência de comprovação de escolaridade para os cargos ocupados e de diplomas e certificados indispensáveis para a concessão da gratificação de titulação-GTIT e adicional de qualificação-AQ), 4.14 (Ausência de providências pela Secretaria de Fazenda referente a servidor do quadro efetivo que se encontra faltando ao trabalho por longo período), 5.2 (Não atendimento a requisitos mínimos obrigatórios para adesão à ata de preços, inobservância à Lei n.º 8.666/1993), 5.3 (Descumprimento de procedimentos específicos na formalização de etapas do processo licitatório, de adesão à ata e de contratação), 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias), 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.), 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual) e 6.1 (Ausência de investimentos nos sistemas e nas condições de trabalho da fiscalização tributária e nas demais áreas de tecnologia da informação da Secretaria de Fazenda do DF), todos do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT (fls. 1.791/1.867 do Processo n.º 040.001.765/2011), na forma entabulada a seguir:

b.1) André Clemente Lara de Oliveira (Secretário de Estado) e Analice Maria Marçal de Lima (Chefe da Unidade de Administração Geral) quanto aos subitens II.1.5, II.1.6, II.1.7 e 4 do Relatório Contábil Anual – Exercício 2010, bem como quanto aos subitens 2.7, 2.8, 4.4, 4.6, 4.7, 4.8, 4.9, 4.10, 4.11, 4.14, 5.2, 5.3, 5.6, 5.9, 5.12 e 6.1, todos do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT;

b.2) Dagoberto Queiroz Mariano (Diretor Administrativo Financeiro) quanto aos subitens II.1.5, II.1.6, II.1.7 e 4 do Relatório Contábil Anual – Exercício 2010, bem como quanto aos subitens 2.7, 2.8, 5.6, 5.9 e 5.12, do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT;

b.3) Astronoe Costa Ribeiro (Diretor Administrativo Financeiro) quanto aos subitens II.1.5, II.1.6, II.1.7 e 4 do Relatório Contábil Anual – Exercício 2010, bem como quanto aos subitens 2.7, 2.8, 5.6, 5.9 e 5.12, do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT;

b.4) Dagoberto Pina dos Santos (Chefe da Unidade de Administração Tecnológica) quanto aos subitens 5.3 e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



*6.1 do Relatório de Auditoria n.º 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT;*

*V. considere, em conformidade com os termos da Decisão Extraordinária Administrativa n.º 50/1998, com o art. 24, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 01/1994, os responsáveis indicados no item IV, alíneas “a” e “b” retro, quites com o Erário Distrital, no que tange a esta PCA, indicando que a presente deliberação não afasta possíveis responsabilizações em sede de contas especiais, a exemplo da TCE objeto do Processo n.º 14.317/2014;*

*VI. com base no art. 19 da LC n.º 01/1994, determine aos atuais gestores da SEF/DF, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades e falhas elencadas no item IV.b retro, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.*

*VII. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que ora submeto à apreciação plenária;*

*VIII. autorize:*

*a) a devolução dos Processos n. os 040.001.765/2011, 040.001.267/2011 e 126.000.018/2011, à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas - Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento.”*

4. A divergência entre o Voto apresentado por este Relator na Sessão anterior e a proposição do i. Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, reside basicamente na avaliação das falhas descritas nos **subitens 4.2** (irregularidades no pagamento de **indenização de transportes** aos membros da carreira de auditoria tributária da SEF/DF para desempenho de suas funções) e **4.13** (servidores da Carreira de Auditoria Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda Cedidos a Outros Órgãos e percebendo a **Gratificação de Apoio Fazendário**).

5. Sobre a **indenização de transporte**, de fato, havia margem para interpretação dada pelo administrador público. Por isso, o próprio órgão de Controle Interno emitiu o Relatório de Auditoria nº 01/11 determinando a reformulação da norma vigente à época.

6. Sobre essa questão, este Tribunal tomou conhecimento no





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



âmbito do Processo nº 30.392/15<sup>1</sup>. Naqueles autos, foi proferida a Decisão nº 1.830/16-CMA para orientar à Secretaria de Estado de Fazenda que observasse ***“as sugestões de melhoria das rotinas de controle, recomendadas no Relatório de Auditoria nº 6/2015-DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF”***.

7. Aderindo às judiciosas ponderações do i. Revisor e em harmonia com a Instrução, revejo meu posicionamento para considerar que a impropriedade indicada no **subitem 4.2** deve repercutir apenas como ressalvas às contas.

8. A respeito do pagamento da **gratificação de apoio fazendário**, constata-se que a Lei nº 4.470/10<sup>2</sup> permitia, ainda que em caráter excepcional, a cessão de servidores da carreira técnica fazendária com a manutenção da gratificação em tela.

9. Desta forma, o **subitem 4.13** deve repercutir como ressalva no julgamento das presentes contas anuais.

Em face do exposto, considero despidiêda a audiência a que se refere o inciso III de meu Voto anterior e em harmonia com o Corpo Técnico e nobre Revisor, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Dagoberto Queiroz Mariano (fls. 517/563 e Anexos IX e X), Astronoel Costa Ribeiro (fls. 564/585 e Anexos XI e XII), André Clemente Lara de Oliveira (fls. 603/632) e Analice Maria Marçal de Lima (fls. 636/655 e Anexos XIII a XV);

II. considere, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, o Sr. Dagoberto Pina dos Santos revel, por não ter atendido ao chamado da Corte (Decisão nº 6.131/15), aproveitando-lhe, no que couber, as justificativas apresentadas nestes autos;

III. julgue:

<sup>1</sup> O Processo nº 30.392/15 trata de Auditoria realizada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF, referente ao exercício de 2014, com o objetivo de verificar a conformidade dos procedimentos adotados no setor de pessoal da jurisdicionada, identificando as causas das anormalidades e examinando a capacidade de gestão do órgão auditado.

<sup>2</sup> Art. 24. O Governador do Distrito Federal poderá autorizar, em caráter excepcional de relevante interesse público e desde que exclusivamente no âmbito do Poder Executivo distrital, a cessão de servidores da carreira Técnica Fazendária com a manutenção da Gratificação de Apoio Fazendário – GAF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



a) nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, regulares as contas da Sr<sup>a</sup>. Analice Marques da Silva (Chefe da Unidade de Adm. Geral – substituta, no período de 16.7.2010 e 19.7 a 20.7.2010) e dos Srs. José Itamar Feitosa (Diretor Geral de Administração Financeira, no período de 1.1 a 19.4.2010, e Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 22.2 a 8.3.2010); José Emílio Assunção da Silva (Gerente Financeiro, no período de 1.1 a 31.12.2010, e Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 22.4 a 23.4.2010); Helena Mascarenhas Lustosa (Gerente Financeira – Substituta, no período de 25.1 a 8.2.2010); Rogério Oliveira da Silva (Chefe da Unidade de Administração Tecnológica – Substituto, no período de 1.1 a 29.1.2010); Francisco das Chagas Silva (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro, nos períodos de 1.1 a 16.2.2010, 27.2 a 1.8.2010 e 11.8 a 31.12.2010, e Diretor Geral de Gestão Financeira – Substituto, nos períodos de 2.8 a 16.8.2010 e 20.10 a 26.10.2010); Laurinéa Araújo Silveira (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta, nos períodos de 17.2 a 26.2.2010 e 2.8 a 16.8.2010); Edson Lourenço de Jesus (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral – Substituto, nos períodos de 1.3 a 20.3.2010 e 1.9 a 10.9.2010); Túlio Flavo Siqueira (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos – Substituto, no período de 1.1 a 14.1.2010); Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro, no período de 24.6 a 31.12.2010, e Diretor Geral de Administração Financeira, no período de 28.4 a 23.6.2010); Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro, no período de 1.1 a 23.6.2010, Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 23.8 a 27.8.2010, e Diretor Geral de Administração Financeira, nos períodos de 24.6 a 1.8.2010, 17.8 a 19.10.2010 e 27.10 a 31.12.2010); Getúlio João da Silva (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral, no período de 1.1 a 31.12.2010); Volmir Zaro (Chefe do Núcleo de Material, no período de 1.1 a 31.12.2010) e Márcia Pacheco Laboissieire (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos, no período de 15.1 a 31.12.2010);

b) nos termos do art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, regulares com ressalvas as contas dos seguintes responsáveis:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



1) André Clemente Lara de Oliveira (Secretário de Estado, no período de 1.1 a 31.12.2010) e Analice Maria Marçal de Lima (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 1.1 a 31.12.2010) em face das seguintes impropriedades:

- constante do Relatório Contábil Anual – Exercício de 2010:

1.1) subitem II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX – Contratos a liberar);

1.2) subitem II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente);

1.3) subitem II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar);

1.4) item 4 (Receita);

- Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT

1.5) subitem 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a longa data);

1.6) subitem 2.8 (Saldo bancários e contábeis divergentes);

1.7) subitem 4.2 (irregularidades no pagamento de indenização de transportes aos membros da carreira de auditoria tributária da SEF/DF para desempenho de suas funções);

1.8) subitem 4.4 (Irregularidade na dispensa de um plantão a cada mês em que os servidores que trabalham em sistema de escala forem escalados por mais de 07 (sete) vezes);

1.9) subitem 4.6 (Ausência de documentos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



comprovando a qualificação e conhecimentos especializados em assuntos tributários nas pastas funcionais dos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Recurso);

1.10) subitem 4.7 (Ausência de documentos nas pastas funcionais e comprovantes para concessão de auxílios, indenizações, gratificações e adicionais);

1.11) subitem 4.8 (Ausência de comprovante de votação);

1.12) subitem 4.9 (Ausência de declaração de não acumulação de cargo público);

1.13) subitem 4.10 (Ausência de declaração de bens);

1.14) subitem 4.11 (Ausência de comprovação de escolaridade para os cargos ocupados e de diplomas e certificados indispensáveis para a concessão da gratificação de titulação-GTIT e adicional de qualificação-AQ);

1.15) subitem 4.13 (servidores da Carreira de Auditoria Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda Cedidos a Outros Órgãos e percebendo a Gratificação de Apoio Fazendário),

1.16) subitem 4.14 (Ausência de providências pela Secretaria de Fazenda referente a servidor do quadro efetivo que se encontra faltando ao trabalho por longo período);

1.17) subitem 5.2 (Não atendimento a requisitos mínimos obrigatórios para adesão à ata de preços, inobservância à Lei nº 8.666/93);

1.18) subitem 5.3 (Descumprimento de procedimentos específicos na formalização de etapas do processo licitatório, de adesão à ata e de contratação);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



1.19) subitem 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias);

1.20) subitem 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.);

1.21) subitem 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual);

1.22) subitem 6.1 (Ausência de investimentos nos sistemas e nas condições de trabalho da fiscalização tributária e nas demais áreas de tecnologia da informação da Secretaria de Fazenda do DF);

2) Dagoberto Queiroz Mariano (Diretor Administrativo Financeiro, no período de 1.1 a 18.8.2010) em face das seguintes impropriedades:

- constante do Relatório Contábil Anual – Exercício de 2010:

2.1) subitem II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX – Contratos a liberar);

2.2) subitem II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente);

2.3) subitem II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar);

2.4) item 4 (Receita);

- constante do Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT

2.5) subitem 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



longa data);

2.6) subitem 2.8 (Salos bancários e contábeis divergentes);

2.7) subitem 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias);

2.8) subitem 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.);

2.9) subitem 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual);

3) Dagoberto Pina dos Santos (Chefe da Unidade de Administração Tecnológica, no período de 31.1 a 31.12.2010) em face das seguintes impropriedades constantes do Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT

3.1) subitem 5.3 (Descumprimento de procedimentos específicos na formalização de etapas do processo licitatório, de adesão à ata e de contratação);

3.2) subitem 6.1 (Ausência de investimentos nos sistemas e nas condições de trabalho da fiscalização tributária e nas demais áreas de tecnologia da informação da Secretaria de Fazenda do DF);

4) Astronoel Costa Ribeiro (Diretor Administrativo Financeiro, no período 19.8 a 31.12.2010) em face das seguintes impropriedades:

- constante do Relatório Contábil Anual – Exercício de 2010:

4.1) subitem II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX –





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



Contratos a liberar);

4.2) subitem II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente);

4.3) subitem II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar);

4.4) item 4 (Receita);

- constante do Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT

4.5) subitem 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a longa data);

4.6) subitem 2.8 (Saldo bancários e contábeis divergentes);

4.7) subitem 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias);

4.8) subitem 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.);

4.9) subitem 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual);

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/98 e em consonância com o art. 24 da Lei Complementar nº 1/94, os responsáveis quites com o erário distrital, no tocante ao objeto destas contas anuais;

V. determine, na forma do art. 19 da Lei Complementar nº 1/94, aos atuais dirigentes da Secretaria de Estado de Fazenda que adotem as medidas necessárias a fim de evitar a repetição das falhas apontadas;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6



VI. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do egrégio Plenário;

VII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências necessárias.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2018.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro-Relator**

Distribuição de cópias antecipadas

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6

**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_/2018**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, referente ao exercício de 2010. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

**Processo TCDF nº:** 3.361/12

**Apensos nºs:** 040.001.765/11 (8 volumes), 040.001.267/11 (2 volumes) e 126.000.018/11 (3 volumes)

**Nome/Função/Período:** Analice Marques da Silva (Chefe da Unidade de Adm. Geral – substituta, no período de 16.7.2010 e 19.7 a 20.7.2010); José Itamar Feitosa (Diretor Geral de Administração Financeira, no período de 1.1 a 19.4.2010, e Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 22.2 a 8.3.2010); José Emílio Assunção da Silva (Gerente Financeiro, no período de 1.1 a 31.12.2010, e Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 22.4 a 23.4.2010); Helena Mascarenhas Lustosa (Gerente Financeira – Substituta, no período de 25.1 a 8.2.2010); Rogério Oliveira da Silva (Chefe da Unidade de Administração Tecnológica – Substituto, no período de 1.1 a 29.1.2010); Francisco das Chagas Silva (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro, nos períodos de 1.1 a 16.2.2010, 27.2 a 1.8.2010 e 11.8 a 31.12.2010, e Diretor Geral de Gestão Financeira – Substituto, nos períodos de 2.8 a 16.8.2010 e 20.10 a 26.10.2010); Laurinéa Araújo Silveira (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta, nos períodos de 17.2 a 26.2.2010 e 2.8 a 16.8.2010); Edson Lourenço de Jesus (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral – Substituto, nos períodos de 1.3 a 20.3.2010 e 1.9 a 10.9.2010); Túlio Flavo Siqueira (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos – Substituto, no período de 1.1 a 14.1.2010); Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro, no período de 24.6 a 31.12.2010, e Diretor Geral de Administração Financeira, no período de 28.4 a 23.6.2010); Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro, no período de 1.1 a 23.6.2010, Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 23.8 a 27.8.2010, e Diretor Geral de Administração Financeira, nos períodos de 24.6 a 1.8.2010, 17.8 a 19.10.2010 e 27.10 a 31.12.2010); Getúlio João da Silva (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral, no período de 1.1 a 31.12.2010); Volmir Zaro (Chefe do Núcleo de Material, no período de 1.1 a 31.12.2010) e Márcia Pacheco Laboissieire (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos, no período de 15.1 a 31.12.2010).

**Órgão/Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_ de 2018**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**ANILCÉIA LUZIA MACHADO**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO – RELATOR**

**Fui presente:****Representante do MP**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6

**ACÓRDÃO Nº ...../18**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, referente ao exercício de 2010. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável.

**Processo TCDF nº:** 3.361/12

**Apensos nºs:** 040.001.765/11 (8 volumes), 040.001.267/11 (2 volumes) e 126.000.018/11 (3 volumes).

**Nome/Função/Período:**

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
André Clemente Lara de Oliveira	Secretário de Estado	1.1 a 31.12.2010
Analice Maria Marçal de Lima	Chefe da Unidade de Administração Geral	1.1 a 31.12.2010

**Órgão/Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório Contábil Anual – Exercício de 2010:**

- a) subitem II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX – Contratos a liberar);
- b) subitem II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente);
- c) subitem II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar);
- d) subitem 4 (Receita);

**Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT:**

- a) subitem 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a longa data);
- b) subitem 2.8 (Saldo bancários e contábeis divergentes);
- c) subitem 4.2 (irregularidades no pagamento de indenização de transportes aos membros da carreira de auditoria tributária da SEF/DF para desempenho de suas funções);
- d) subitem 4.4 (Irregularidade na dispensa de um plantão a cada mês em que os servidores que trabalham em sistema de escala forem escalados por mais de 07 (sete) vezes);
- e) subitem 4.6 (Ausência de documentos comprovando a qualificação e conhecimentos especializados em assuntos tributários nas pastas funcionais dos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Recurso);
- f) subitem 4.7 (Ausência de documentos nas pastas funcionais e comprovantes para concessão de auxílios, indenizações, gratificações e adicionais);
- g) subitem 4.8 (Ausência de comprovante de votação);
- h) subitem 4.9 (Ausência de declaração de não acumulação de cargo


**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



público);

i) subitem 4.10 (Ausência de declaração de bens);

j) subitem 4.11 (Ausência de comprovação de escolaridade para os cargos ocupados e de diplomas e certificados indispensáveis para a concessão da gratificação de titulação-GTIT e adicional de qualificação-AQ);

k) subitem 4.13 (servidores da Carreira de Auditoria Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda Cedidos a Outros Órgãos e percebendo a Gratificação de Apoio Fazendário);

l) subitem 4.14 (Ausência de providências pela Secretaria de Fazenda referente a servidor do quadro efetivo que se encontra faltando ao trabalho por longo período);

m) subitem 5.2 (Não atendimento a requisitos mínimos obrigatórios para adesão à ata de preços, inobservância à Lei n.º 8.666/1993),

n) subitem 5.3 (Descumprimento de procedimentos específicos na formalização de etapas do processo licitatório, de adesão à ata e de contratação);

o) subitem 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias);

p) subitem 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.);

q) subitem 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual) e

r) subitem 6.1 (Ausência de investimentos nos sistemas e nas condições de trabalho da fiscalização tributária e nas demais áreas de tecnologia da informação da Secretaria de Fazenda do DF)

**Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19):** aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares, com ressalvas, as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

**ATA** da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de 2018

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s).....

**Representante do MP presente:** Procurador(a) .....

**ANILCÉIA LUZIA MACHADO**

**Presidente**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**

**Conselheiro – Relator**

**Fui presente:**

**Representante do MP**




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6


**ACÓRDÃO Nº ...../18**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, referente ao exercício de 2010. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável.

**Processo TCDF nº:** 3.361/12

**Aposos nºs:** 040.001.765/11 (8 volumes), 040.001.267/11 (2 volumes) e 126.000.018/11 (3 volumes).

**Nome/Função/Período:**

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Dagoberto Queiroz Mariano	Diretor Administrativo Financeiro	1.1 a 18.8.2010

**Órgão/Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório Contábil Anual – Exercício de 2010:**

- a) subitem II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX – Contratos a liberar);
- b) subitem II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente);
- c) subitem II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar);
- d) subitem 4 (Receita);

**Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT:**

- a) subitem 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a longa data);
- b) subitem 2.8 (Saldos bancários e contábeis divergentes);
- c) subitem 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias);
- d) subitem 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.); e
- e) subitem 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual);

**Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19):** aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6



Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares, com ressalvas, as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

**ATA** da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de 2018

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s).....

**Representante do MP presente:** Procurador(a) .....

**ANILCÉIA LUZIA MACHADO**  
**Presidente**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

**Fui presente:**

**Representante do MP**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6

**ACÓRDÃO Nº ...../18**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, referente ao exercício de 2010. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável.

**Processo TCDF nº:** 3.361/12

**Apensos nºs:** 040.001.765/11 (8 volumes), 040.001.267/11 (2 volumes) e 126.000.018/11 (3 volumes).

**Nome/Função/Período:**

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Dagoberto Queiroz Mariano	Chefe da Unidade de Administração Tecnológica	31.1 a 31.12.2010

**Órgão/Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT:**

- a) subitem 5.3 (Descumprimento de procedimentos específicos na formalização de etapas do processo licitatório, de adesão à ata e de contratação); e
- b) subitem 6.1 (Ausência de investimentos nos sistemas e nas condições de trabalho da fiscalização tributária e nas demais áreas de tecnologia da informação da Secretaria de Fazenda do DF).

**Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19):** aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares, com ressalvas, as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

**ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de 2018**

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s).....

**Representante do MP presente:** Procurador(a) .....

**ANILCÉIA LUZIA MACHADO**  
Presidente

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
Conselheiro – Relator

Fui presente:

Representante do MP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6

**ACÓRDÃO Nº ...../18**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, referente ao exercício de 2010. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável.

**Processo TCDF nº:** 3.361/12

**Apensos nºs:** 040.001.765/11 (8 volumes), 040.001.267/11 (2 volumes) e 126.000.018/11 (3 volumes).

**Nome/Função/Período:**

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Astronoel Costa Ribeiro	Diretor Administrativo Financeiro	19.8 a 31.12.2010

**Órgão/Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório Contábil Anual – Exercício de 2010:**

- a) subitem II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX – Contratos a liberar);
- b) subitem II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente);
- c) subitem II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar);
- d) subitem 4 (Receita);

**Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT:**

- a) subitem 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a longa data);
- b) subitem 2.8 (Saldo bancários e contábeis divergentes);
- c) subitem 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias);
- d) subitem 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.); e
- e) subitem 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual).

**Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19):** aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares, com



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6



ressalvas, as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

**ATA** da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de 2018

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s).....

**Representante do MP presente:** Procurador(a) .....

**ANILCÉIA LUZIA MACHADO**

**Presidente**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**

**Conselheiro – Relator**

**Fui presente:**

**Representante do MP**